

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005613-13.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Franquia**  
 Requerente: **Es Apoio Administrativo e Treinamento Eireli Me e outro**  
 Requerido: **Jra Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Os autores ES Apoio Administrativo e Treinamento Eireli ME e Eduardo Santinoni propuseram a presente ação contra a ré JRA Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (Saffi Consultoria), requerendo: a) seja declarada a anulação do contrato de franquia firmado com a ré, com a condenação desta na devolução de todos os valores que lhe foram pagos pelos autores, acrescido de perdas e danos, totalizando a quantia de R\$ 70.750,00, acrescido, ainda, da multa contratual prevista na cláusula 15.2 do contrato de franquia; b) alternativamente, que seja declarada a rescisão do contrato, tendo em vista o descumprimento por parte da ré, com sua consequente condenação no pagamento da multa contratual prevista na cláusula 15.2, acrescida das perdas e danos no valor de R\$ 70.750,00.

A ré, em contestação de folhas 330/363, requer a improcedência do pedido porque foram os autores quem deram causa à rescisão contratual, não conseguindo exercer sua função de franqueado de maneira adequada e satisfatória. Aduz que a finalidade do serviço prestado pela rede “Saffi Consultoria” é promover a expansão e a reestruturação de empresas e a ré, na qualidade de franqueadora, tem por finalidade dar apoio aos franqueados da rede na captação de clientes e dar o suporte e *know-how* necessários para a implementação dos planos de negócios pertinentes a cada cliente. Sustenta que cabia aos autores a prospecção de clientela e geração de novos negócios e contratos, implementando os planos traçados pela franqueadora, todavia, os autores não seguiram as orientações da franqueadora e confessaram por mais de uma vez que inadimpliram a cláusula 7.2. ao alegar que “não teve alternativa a não passar a usar suas próprias metodologias de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

trabalho”. Alega que, com relação ao valor cobrado pela taxa de franquia e dos *royalties*, as alegações dos autores não merecem prosperar, primeiro, porque a ré tem plena liberdade em definir os valores de sua taxa de franquia, cujo valor está de acordo com a área de abrangência do negócio, o tamanho da franquia, o número de profissionais e outros fatores, sendo que, quando os autores assinaram o contrato de franquia, concordaram com a taxa no valor de R\$ 50.000,00, não havendo qualquer ilegalidade por parte da ré. Aduz que a Saffi possui duas modalidades de franquia. A primeira é a Saffi Fit, com valores que variam entre R\$ 15.000,00 e R\$ 18.000,00. A segunda é a Faffi Compact, com valor da taxa de franquia de R\$ 50.000,00. Sustenta que os próprios autores alegaram que já utilizavam método próprio e que a ré nunca lhes deu suporte, treinamento e nem transferência de *know-how*, razão pela qual sem razão ao afirmar que a ré lhes prejudicou o seguimento em suas operações.

Réplica de folhas 447/463.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos colacionados pelas partes (CPC, artigo 396).

Trata-se de contrato de franquia celebrado entre as partes, alegando os autores o seu descumprimento por parte da ré.

O artigo 2º, da Lei 8.955, de 15/12/1994, define que a “*franquia empresarial é o sistema pelo qual um franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício.*”


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A mesma lei estabelece, em seu artigo 3º, que o franqueador deverá fornecer ao interessado em tornar-se franqueado uma circular de oferta de franquia, por escrito e em linguagem clara e acessível, contendo, obrigatoriamente, as informações constantes em seus diversos incisos e, em caso de descumprimento, o franqueado poderá arguir a anulabilidade do contrato e exigir devolução de todas as quantias que já houver pago ao franqueador ou a terceiros por ele indicados, a título de taxa de filiação e royalties, devidamente corrigidas, pela variação da remuneração básica dos depósito de poupança mais perdas e danos.

A Circular de Oferta de Franquia (COF) encontra-se colacionada às folhas 26/102. Tenho que referido documento atendeu às determinações constantes do artigo 3º da Lei 8.955, de 15/12/1994, sendo de linguagem clara e acessível (**confira folhas 26/102**).

Os autores alegam que firmaram com a ré um contrato de franquia em 19/07/2013, para implantação e operação de serviços administrativos, uso da marca e logotipo Saffi Consultoria, associados ao sistema de comercialização e administração desenvolvido pela Franqueadora Saffi, de acordo com seus padrões e sob sua supervisão, pagando-lhe a importância de R\$ 50.000,00 pela taxa de franquia e R\$ 19.200,00 pelos royalties.

Sustentam que a ré não possui critério objetivo para valorar sua taxa de franquia, porque a uns franqueados aplicou o valor de R\$ 15.000,00, para outros R\$ 18.000,00, o que é reprovável.

Sustentam, ainda, que houve descumprimento contratual por parte da ré, a qual bloqueou ilegalmente o e-mail e o whatsapp, que não houve transferência de *know-how* nem suporte para desempenhar suas atividades de franquia, que houve a cobrança de valores não previstos no contrato de franquia e que houve irregularidades na circular de oferta de franquias.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sustentam que a ré prometeu que seria detentora de patente de sistema de gestão, de software integrado e banco de dados para prospecção de clientes, porém nunca teve oportunidade de conhecê-los.

Alegam que até a data em que foram excluídos do sistema de e-mails da ré, todo suporte que esta forneceu foi de oferecer sistema de propriedade de terceiro (disponível a qualquer pessoa no mercado), de enviar um preposto que lhe deu acesso a algumas planilhas disponibilizadas pelo SEBRAE, não comprovando seu patenteamento e exclusividade de criação pelo “sistema Saffi”.

Alegam que jamais receberam qualquer visita focada em metodologia como prometido no contrato e que nunca houve treinamento ou supervisão de campo pela ré e inúmeras vezes que os autores precisaram de suporte, os e-mails eram respondidos tardiamente, de forma inadequada ou então sequer respondidos.

Com relação aos valores cobrados pela ré como taxa de franquia e *royalties*, não há qualquer ilegalidade na cobrança de valores diversos para cada franquia, porque não há proibição nesse sentido na Lei 8.955, de 15/12/1994.

Com relação ao alegado bloqueio do e-mail e do whatsapp, os autores não lograram demonstrar que, em função disso, foram impedidos de exercer as atividades de franqueada.

Com relação à transferência de *know-how*, a ré demonstrou por meio de documentos que deu o suporte necessário à implantação da franquia (**confira folhas 424/426**).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De outro giro, o autor aduz que houve a cobrança de valores não previstos no contrato de franquia. Nesse particular, a cláusula 7.2 do contrato de franquia prevê que o franqueado deveria adquirir um software de gestão, bem como qualquer outra ferramenta que viesse a ser implementada pela ré.

Com relação à alegação do autor de que nunca teve a oportunidade de conhecer a patente do sistema de gestão, de software integrado e banco de dados para prospecção de clientes, tenho que, ainda que houvesse demonstrado tal desconhecimento, isso não importaria em descumprimento contratual por parte da ré.

A alegação de que jamais recebeu qualquer visita focada em metodologia como prometido no contrato e que nunca houve treinamento ou supervisão de campo pela ré e que inúmeras vezes precisou de suporte, mas os e-mails eram respondidos tardiamente, de forma inadequada ou sequer respondidos, não merece prosperar, pois os documentos colacionados às folhas 424/426 demonstram o contrário.

Por outro lado, os autores alegam que a ré descumpriu o disposto no inciso III, do artigo 3º, da Lei 8.955, de 15/12/1994, que determina à franqueadora indicar precisamente todas as pendências judiciais em que estejam envolvidos o franqueador, as empresas controladoras e titulares de marcas, patentes e direitos autorais relativos à operação, e seus subfranqueadores, questionando especificamente o sistema da franquia ou que possam diretamente vir a impossibilitar o funcionamento da franquia.

Entretanto, tal dispositivo se refere a ações que questionem especificamente o sistema de franquia ou que possam diretamente vir a impossibilitar o funcionamento da franquia.

Nenhum dos processos relacionados pelos autores tratam da matéria específica do sistema de franquia ou que possam diretamente vir a impossibilitar o seu funcionamento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, não assiste razão aos autores quanto à alegada infração contratual com relação à omissão de ações propostas contra a ré.

Sustentam, ainda, que a ré passou a cobrar valores não previstos no contrato de franquia: a) implantação de novo sistema para o ano de 2015; b) solicitação de rateios para que a ré pudesse fazer sua exclusiva propaganda como franqueadora, como contribuição para a impressão de revista com foco em venda de franquias da franqueadora; c) o importe de R\$ 1.550,00 para auxiliar financeiramente a franqueadora para exposição de seu *stand* em feiras de franquias, em descumprimento ao inciso VIII, do artigo 3º, da Lei 8.955/94.

O alegado inciso VIII, do artigo 3º, da Lei 8.955/94, estabelece, dentre outras obrigações da franqueadora:

*VIII - informações claras quanto a taxas periódicas e outros valores a serem pagos pelo franqueado ao franqueador ou a terceiros por este indicados, detalhando as respectivas bases de cálculo e o que as mesmas remuneram ou o fim a que se destinam, indicando, especificamente, o seguinte:*

- a) remuneração periódica pelo uso do sistema, da marca ou em troca dos serviços efetivamente prestados pelo franqueador ao franqueado (royalties);*
- b) aluguel de equipamentos ou ponto comercial;*
- c) taxa de publicidade ou semelhante;*
- d) seguro mínimo; e*
- e) outros valores devidos ao franqueador ou a terceiros que a ele sejam ligados;*

Assim, tenho que os alegados valores não previstos no contrato de franquia encontram-se previstos no inciso VIII, do artigo 3º, da Lei 8.955/94, não havendo, portanto, qualquer irregularidade, mesmo porque tais valores não foram impostos pela ré, a qual simplesmente fez um convite aos autores se estes gostariam de contribuir com as despesas de impressão e jornalismo, com foco em venda de franquias junto à revista Saffi



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(confira folhas 215).

Dessa maneira, não vislumbrei qualquer irregularidade praticada pela ré no contrato de franquia, sendo de rigor a improcedência do pedido.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno os autores no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor atribuído à causa, ante a complexidade da causa e o trabalho realizado nos autos, com atualização monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a partir do trânsito em julgado.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de novembro de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**